

# Clausewitz: a guerra como instrumento de política e a intenção hostil como risco à deterioração da política e emergência da guerra absoluta\*

Cosme Oliveira Moura Junior\*\*

## Resumen:

En este trabajo se aborda la teoría de Clausewitz (2005) sobre la guerra y sus implicaciones en el estudio de este fenómeno como un instrumento de la política. Con la premisa de la necesidad de un control racional de la guerra, se desarrolló un análisis de los diálogos con los conceptos de racionalidad y acción de Weber (1969), las discusiones sobre Aron (2002) acerca de las guerras de gloria para interpretar los matices de la guerra civil en Ruanda y el conflicto árabe-israelí. En general hemos detectado que la guerra, según prevé la teoría *clauzewitiana*, marca una racionalidad política que debe ser controlada por el mismo liderazgo con el fin de no convertirse en una pasión para exterminio del enemigo o un suicidio político (la guerra total o de exterminio)

## Abstract:

This paper discusses the theory of War of Clausewitz (2005) and its implications in the study of this phenomenon as an instrument of policy. We start from the premise that there is a need for rational control of war and develop an analysis of the dialogues with the concepts of rationality and action of Weber (1969), discussions of Aron (2002) about war for glory in order to interpret the nuances of the civil war in Rwanda and the Arab-Israeli conflict. In general we see that war, as outlined by the Clausewitzian theory, marks a political rationality that must be controlled by the leadership itself in order to prevent it from becoming a passion for exterminating the enemy or political suicide (total war or extermination war).

## Palabras claves:

Racionalidad – Guerra – Acción – Guerra total – Política.

## Keywords:

Rationality – War – Action – Total war – Policy.

---

\* Fecha de recepción: 25 de mayo de 2012. Fecha de aprobación: 2 de octubre de 2012.

\*\* Mestre em Ciências Sociais pela Universidade Federal do Maranhão, aluno da Maestria em Relaciones Internacionales IRI UNLP, professor das Faculdades São Luís, Faculdade Pitágoras-FAMA no Maranhão (Brasil). cosmepolita@hotmail.com

## 1. Introdução

Ao falarmos de guerra logo vem à nossa mente a ausência de regras, corpos dilacerados, violência, imperialismo e aniquilação. As guerras do século XX, fundamentalmente, por conta de sua infraestrutura científico-industrial agregada aos ódios nacionalistas e destruições em larga escala, levaram os conflitos a algo muito próximo do que Clausewitz (2005) denominou de guerra absoluta. Fato que marcou o imaginário coletivo dos povos e dos intelectuais, entre eles Freud, que revela sua decepção com a modernidade em *O Mal estar na Civilização* (1969)<sup>1</sup>. Nestes termos, a guerra deixa de ser uma guerra como meio de política e torna-se algo desenfreado pelo ódio.

O olhar do senso comum vê na guerra simplesmente este *animus malus*, como afirmava Hugo Grotius, este instrumento de violação do direito à vida, esta ferramenta do terror em nome do mal. Eis que estas discussões em *Relações Internacionais* e em *Ciência Política*, a partir dos realistas clássicos (Maquiavel, Hobbes e Grotius) tornam-se mais racionalizadas, apesar de conjecturais. Assim, a guerra passa a ser categoria de análise política para o surgimento da sociedade civil e da ordem estatal via autoridade central, ou via instrumento de dominação através da imposição do poder do Príncipe (Maquiavel, 2007).

Enfatizando agora os autores militaristas da guerra, pode-se verificar que esta passa a ser tratada sob o viés das técnicas e procedimentos bélico-beligerantes: escritos de Jomini; e sob a perspectiva da arte da guerra: escritos de *Sun Tsu*. Voltando aos contratualistas como Thomas Hobbes, “a guerra de todos contra todos” fundamentava um estado de natureza em que a iminência da violência levaria os indivíduos a um constante estado de alerta preventivo. Já Emanuel Kant imaginava que a única possibilidade de uma paz perpétua era a conversão racional dos governantes, ou seja, a guerra findaria quando os governos adotassem cada vez mais a noção moderna de razão iluminista, muito parecida com as conclusões contemporâneas de Fukuyama em *O Fim da História* (1992), em que é afirmado o fim dos conflitos com a queda da bipolaridade,

fato que será definido como ponto para proliferação dos ideais liberais democráticos pelo mundo e, portanto, uma pax mundial.

Verifica-se que falar de Guerra como categoria científica ou conceito de *Relações e Política Internacionais* não é simplesmente agir de maneira valorativa: a guerra é boa, a guerra é trágica, a guerra é uma desgraça. Na verdade, em *Relações Internacionais*, e fundamentalmente, a partir das reflexões de Carl Von Clausewitz (2005), a guerra passa a ser tratada não como fase ou estágio primitivo da humanidade (estado de natureza), mas como meio e ferramenta de política. Contrariando assim, o paradigma das reflexões sobre a guerra, muito centrados nas técnicas, conformação das tropas, tipos de armamento, formas de deslocamento dos beligerantes, mecanismos de motivação, terreno; a guerra torna-se instrumento de relações internacionais,

---

<sup>1</sup> Freud, S. (1969) *Obras psicológicas completas* da ed Standard Brasileira. *O Mal-Estar na Civilização*. Rio de Janeiro: Imago Editora.

como afirma Aron (2002), assim como a diplomacia e o comércio, a guerra (estratégia) é uma forma de relação exterior:

O diplomata e o soldado vivem e simbolizam as relações internacionais, que enquanto interestatais, levam à diplomacia e à guerra (2002: p. 52).

[...] A diplomacia pode ser definida como arte de convencer sem usar a força, e a estratégia como a arte de vencer de um modo mais direto. (Aron, 2002: p.73)

Consideramos, neste trabalho, a guerra como uma “ação social” no sentido weberiano, dotada, assim, de motivações e sentidos que lhe delineiam fins esperados ou não. Para Weber uma ação, no campo social, corresponde a qualquer ato de um pólo A que seja direcionada a um pólo social B delimitando a margem de ação-reação. Destarte, a guerra encaixa-se neste sistema de ações sociais esboçado pelo autor e por nós adotado como ferramenta de análise. Desta maneira, Weber (1969) entende que para a explicação de uma ação política ou militar “teríamos que fixar, primeiramente como teria se delineado a ação”<sup>2</sup>, os chamados aspectos racionais (controlados que objetivam fins esperados) e os “erros” (os aspectos irracionais ou passionais). Conclui-se então que a Guerra seria composta pela objetividade racionalizada, assim como pelos “erros” que representariam a irracionalidade ou ação emocional (não calculada, emotiva, impulsiva).

Esta premissa da “teoria da ação” de Weber (1969) converge com a premissa clauzewitiana de controle racional da guerra como forma de exercício e alcance de um fim político. Aron (2002) referencia esta mesma percepção ao definir que os conflitos bélicos podem ser motivados pela glória (o autor fala das cruzadas), podem ser “sublimes”, porém, são “perigosos”, pois são as guerras ao mesmo tempo mais humanas (passionais e irracionais) e mais desumanas (baseadas no ódio e na intolerância são marcadas pelo extermínio do pólo rival ou auto-destruição).

Os nobres que se batem pelo prestígio embarcam numa empresa que não tem fim. Se o objetivo é vencer para ser reconhecido como vencedor, ou vencer para impor a verdade, basta que haja igual resolução do outro lado para que a violência chegue a um extremo. As guerras mais “humanas” na sua origem são também as mais desumanas, por serem as mais impiedosas (Aron, 2002: p.133).

Neste ponto, verificamos as convergências teóricas para análise do controle da Guerra conforme Clausewitz (2005), ou seja, a guerra como instrumento de política deve ser uma ferramenta racionalmente utilizada para assim os líderes terem controle das variáveis “hostilidade popular” e “objetivo racional-político”. As precauções definidas em *De la Guerra* são destaque pois o autor não percebia o conflito como aniquilação, guerras pela glória (o autor chama de a vitória pela vitória), guerras de extermínio, apesar destas serem historicamente comprováveis. Clausewitz (2005) entendia este

***Na verdade, em Relações Internacionais, e fundamentalmente, a partir das reflexões de Carl Von Clausewitz (2005), a guerra passa a ser tratada não como fase ou estágio primitivo da humanidade (estado de natureza), mas como meio e ferramenta de política.***

<sup>2</sup> WEBER, M. *Economia y sociedad*. Mexico: Fondo de Cultura Economica, 1969.

instrumento como forma de estabelecer um processo de dominação, quer seja política quer seja econômica, assim a guerra poder ser analisada como “a ação de dominação racional”<sup>3</sup>.

O componente racional de uma ação é exatamente a objetividade, o fim, observável, mesmo que conjecturalmente, neste caso a dominação política. Entende-se por racionalidade a ação baseada no controle estratégico de variáveis causa-efeito com objetivo de se alcançar resultados, aproximadamente, esperados (Weber, 1969). É deste modo que adotamos o conceito de racionalidade como a ação que pondera percalços do sentido de uma ação controlando minimamente as variáveis a fim de reduzir margens de erro. O que Aron define como estratégia e Clausewitz (2005) define como fim político.

Deste modo, faremos uma reflexão sobre a teoria da guerra de Clausewitz (2005), comparando-a com outras tradições das Relações Internacionais, para assim problematizar a guerra e a política, e acima de tudo a relação dialética entre intenção hostil do povo e a ponderação racional dos governantes como determinante da intensidade e do controle da guerra, para que esta não se torne uma guerra de extermínio. Para referir-se a esta máxima da teoria clausewitiana, analisaremos o caso da Guerra Civil em Ruanda e o atual conflito palestino-israelense.

## **2. Clausewitz: a guerra e a política, fúria popular e racionalidade dos governantes**

A teoria da guerra de Clausewitz (2005) é marcada pela concepção de que a guerra é um instrumento de política, ou seja, que é um fenômeno gerado por uma situação de conflito em que dois ou mais Estados entram em confronto em função de conflitos de interesse. Nesta situação, o autor aponta a guerra como um ato de violência que objetiva forçar o adversário a submeter-se à sua vontade. Como ato de violência, este fenômeno terá variações de intensidade conforme o grau de influência da fúria popular, ou seja, da intenção hostil.

Clausewitz (2005) vê o conflito bélico como um duelo, ou seja, dialeticamente sob a égide da dicotomia ataque e defesa. Este fenômeno será caracterizado por duas tipologias gerais: a guerra real e a guerra absoluta. O desenrolar dos fenômenos bélicos serão determinados pela relação povo-exército-governantes, ou seja, a fúria popular (intenção hostil) será o combustível de apoio para o ato belicoso do Estado, que fará uso do exército para sua efetivação. No entanto, esta intenção hostil, pondera Clausewitz (2005), deve ser contida para que o confronto não se converta em extermínio ou aniquilação da outra parte. Assim:

Clausewitz entendia a Guerra como uma força, a um só tempo, necessária e perigosa, na medida em que o poder político poderia ser tomado pelas paixões das massas [...] as massas tendiam a entregar-se à irracionalidade trazida pelo ódio ao inimigo. Por isso, o controle político da prática da guerra é o tema central quando o prussiano procura definir sua natureza. (Passos, 2011: p.109)

---

<sup>3</sup> Dominação racional: relação de controle estabelecido através de regras estabelecidas a partir de uma normalização impessoal e objetiva, baseada no direito positivo.

Como professor da escola militar prussiana, no período das Guerras napoleônicas, viu o exército de seu país, composto por militares assalariados e de carreira, ser derrotado pelo exército napoleônico formado por populares e militares de carreira, mas com um ânimo hostil bastante instigado pela propaganda napoleônica. Esta experiência reforçou a idéia de que a participação da população enfurecida é importante para o sucesso e apoio da ação Estatal, mas deve ser ponderada pela razão política (no caso de Napoleão a derrubada das monarquias arcaicas), pois caso esta fúria contamine os governantes, a guerra pode se converter em algo descontrolado e verter para o extermínio: a guerra absoluta. E o objetivo de uma guerra como instrumento de política não é a pulverização do pólo rival, mas sim a submissão deste a uma relação de dominação, sem pólo rival, sem o outro não há política, não há poder.

Vejamos então, que o extermínio e aniquilação do outro seria a negação da guerra como instrumento de domínio, ou seja, de política, de estabelecer uma nova arquitetura na hierarquia das relações políticas internacionais. Neste momento podemos inferir que Clausewitz (2005) vê a guerra como ferramenta que deve ser controlada pelos constrangimentos racionais gerados por objetivos de dominação política da outra parte (rival). Deste modo, vários realistas entre eles Aron (2002), definem que a Guerra Fria foi exemplo de que o constrangimento do fim político gerado por interesses nacionais supera, pondera e delimita a ação violenta da guerra, ou seja, durante a Guerra Fria, Estados Unidos e URSS nunca se enfrentaram, pois tal fato geraria possivelmente uma hecatombe nuclear que extinguiria a humanidade, fato que não era o ideal, o fim político, de nenhum dos pólos da relação. O objetivo era dominação política, aumento da área de influência através do apoio a países que tinham alinhamentos a tais nações, nunca o extermínio de um bloco em relação ao outro.

Sobre esta preocupação Aron (2002) deixa claro que o chamado “amor próprio” inflama as nações e as guerras poderão se converter em lutas pela glória, e estas por sua vez podem cambiar o objetivo político para um sentido de: a guerra pela guerra, ou seja, esquecem os fins políticos (as negociações, uma nova ordem política, uma nova *pax*) chega-se à violência extrema. Com isso à guerra pela glória, diz Aron (2002: p.133) pode:

Do mesmo modo que as pessoas, as unidades políticas têm amor-próprio e podem ser mais susceptíveis do que os indivíduos. Às vezes, preferem a embriaguez do triunfo aos benefícios de uma paz negociada. Há ocasiões em que o desejo da glória só não é ultrapassado pela difusão de idéias, de que cada comunidade pretende ser a única encarnação. O espírito, enfim, dá vida à dialética da violência e a leva a um extremo, toda vez que junta seu destino ao de uma coletividade humana em armas - isto é, ao de um Estado.

***A percepção de que a Guerra é instrumento de política não anula o temor que o autor compartilhava com outros pensadores como Hobbes: a possibilidade da guerra como destruição da civilização, ou seja, um conflito irrestrito abastecido simplesmente pelo ódio, pela exacerbação da intenção hostil.***

A percepção de que a Guerra é instrumento de política não anula o temor que o autor compartilhava com outros pensadores como Hobbes: a possibilidade da guerra como destruição da civilização, ou seja, um conflito irrestrito abastecido simplesmen-

te pelo ódio, pela exacerbação da intenção hostil. É interessante apontar que Alexis Tocqueville em sua obra *Democracia na América* (1977), também chama a atenção em relação aos riscos da proliferação de uma concepção massificada, uma ideologia unilateral baseada na massa. Estes autores convergem para a idéia de que o animus da população comum (a massa) deve ser controlado, pois esta intenção hostil popular pode tornar-se desenfreada e cambiar a guerra para o extermínio total do outro.

É a partir destas argumentações que se pode afirmar que Clausewitz (2005) não é um apologista da guerra, mas sim um defensor da limitação política da guerra, ou seja, a racionalidade objetiva do uso da ferramenta bélica como meio de estabelecer ou modificar a arquitetura de poder em uma determinada relação interestatal.

A guerra deste modo não seria “um fim em si mesmo”, um ato de fanatismo ou irracionalidade coletiva que visa à devastação da outra parte, pois caso isso ocorra, diz Clausewitz (2005), a guerra aniquila o seu próprio objetivo: a dominação do outro. É importante destacar, que o autor define que a outra limitação da voracidade da guerra era a restrição de meios e recursos materiais para matanças em massa. No entanto, nos dias de hoje, sabemos que a indústria da guerra possui ferramentas de destruição em massa, de pulverização total de populações rivais, fato que complica mais ainda a discussão sobre a guerra na contemporaneidade. Deste modo, pode-se inferir que somente a política, atualmente, serve como variável limitadora/constrangedora da intenção hostil e paixões bélicas.

A civilização moderna, assim, estaria ameaçada pela aniquilação caso os governos não exerçam o controle sobre a fúria da população em uma guerra. Fato que pode ser comprovado na Segunda Guerra Mundial, onde os exércitos nazifascistas instigavam a população em sua fúria e ódio. As grandes passeatas hitleristas regadas a discursos de ódio motivavam os alemães a serem cidadãos-soldados, a converterem-se a uma espécie de religião estatal em que todos os cidadãos eram cúmplices de uma fúria coletiva.

Além dos nazifascistas, o stalinismo e o terror vermelho comandado por Robespierre na Revolução Francesa, revelam exemplos concretos das conseqüências violentas produzidas pela falta de limites político-racionais no comando da intenção hostil de uma população. No stalinismo, populações foram mortas em nome de um ódio coletivo contra o capitalismo; no terror vermelho, até líderes revolucionários (como Danton) foram assassinados em nome da república radical. (Hobsbawn, 2010). Nestes exemplos, a fúria popular contaminou os governantes e a política converteu-se em ódio. Considero que o controle político do ódio em massa, ou intenção hostil, que serve de combustível de apoio à guerra, deve ser efetivado pelos governos. Caso este ódio não tenha constrangimento político, passa para uma ação puramente passional e cega e realmente, como define Clausewitz, a relação política entre partes estará ameaçada: “a civilização estará ameaçada.”

Se levarmos em conta as análises de Waltz (2002) de que vivemos em uma sociedade internacional anárquica, onde o que define as relações de poder é a força e o acesso a determinados recursos (econômicos, bélicos, financeiros), potencialidades e capacidades, a máxima de controle político da fúria ou da intenção hostil dos povos deve, realmente, ser uma variável de grande relevância. Neste caso, se vivemos em uma anarquia internacional o perigo é iminente e para tanto é necessário estar atento, é necessário controlar o *animus malus* dos povos, para que este, despido de constrangimentos, não contamine ações político-estatais e acarrete tragédias mundiais, como

o que podemos definir “guerras sem vencedores”. Exemplo disso são as guerras civis generalizadas na África em que tribos rivais aniquilam uns aos outros, como no massacre em Ruanda na década de 90, assim como o conflito palestino-israelense.

Ainda discutindo a noção de anarquia internacional, destaca-se a concepção de Waltz (2002) que define que a sociedade internacional é composta por Estados, unidades com funções similares, fato que gera uma espécie de distribuição do poder pela posição que cada unidade ocupa em relação à outra. A distribuição de poder sob o princípio da anarquia é definida pelas potencialidades que cada unidade estatal pode utilizar para mover-se na estrutura das relações internacionais. Portanto, a guerra, como ferramenta de política, seria um ato de violência que deveria ser racionalizado pelos governos estatais para agir estrategicamente conforme suas potencialidades, para assim modificar o posicionamento estrutural nas relações de poder.

Infere-se das teorias de Waltz (2002) que a estrutura das relações internacionais seria condição limitadora das ações dos atores estatais, e uma dessas ações é a guerra. Dialogando com o neo-realismo de Waltz (2002) e o realismo clássico de De La Guerra, encontramos a convergência frente às limitações e constrangimentos que regulam as relações de poder e de uso da força nas relações internacionais. Deste modo, a guerra é para Clausewitz um instrumento de política, e por isso deve ser regulado, pois é uma força necessária, mas perigosa; completando, Waltz (2002) revela que as ações políticas no tabuleiro internacional são limitadas por estruturas que amarram o poder de decisão, ou campo de ação, de um determinado ator estatal.

Vejamus que em uma “sociedade anárquica”, caso a fúria ou a intenção hostil que serve de catalisador para o confronto bélico se dissemine até os níveis da high politics levaria a guerra. Nos dias atuais, devido à capacidade dos recursos bélicos de destruição em massa, a possibilidade da guerra manifestar-se de forma absoluta é real, e tal fato levaria à devastação da humanidade, e assim implodiria o fim racional da guerra: o domínio político.

Esta preocupação com a disseminação da hostilidade e das paixões fez Clausewitz insistir e criar a metáfora do magneto em que revela que uma guerra é vencida pelo equilíbrio na tríade *povo-exército-governo*. A hostilidade gera o apoio popular para ação governamental de declaração de guerra e de organização de recursos para mobilizar tropas e tomar a decisão final do confronto, porém, se esta (hostilidade) atingir a racionalidade política civilizatória do Estado, a guerra teria grande risco de transmutar-se em violência pura, em ameaça à política ao invés de instrumento de política.

Se utilizarmos as terminologias weberianas pode-se definir que a guerra clausewitiana iniciaria carismática, baseada no ódio e nas paixões que inflamam os povos (nacionalismos, xenofobia, fanatismo religioso, racismo etc.) *a posteriori* converter-se-ia em algo necessariamente regulado pela racionalidade (estratégia, objetividade política, fim de dominação) para desta maneira evitar a deflagração de uma “guerra

***A guerra é para Clausewitz um instrumento de política, e por isso deve ser regulado, pois é uma força necessária, mas perigosa; completando, Waltz (2002) revela que as ações políticas no tabuleiro internacional são limitadas por estruturas que amarram o poder de decisão, ou campo de ação, de um determinado ator estatal.***

absoluta”, marcada pela necessidade de dar um fim na relação de alteridade, destruindo o outro, fato que geraria o fim de uma relação de poder: são as vitórias militares mas as derrotas políticas. Pois como define Costa:

[...] as políticas racionais que um Estado deve adoptar, entre as quais se situa a guerra, são aquelas que obedecem a critérios prudenciais, ou seja, são exactamente aquelas que conquistam vantagens políticas, económicas ou militares e que garantem a manutenção ou o incremento reais e efectivos do poder, de modo a garantir e forçar a paz. [...]. Segundo Carl Von Clausewitz, a moderação e o uso limitado da força na guerra, suscitados por constrangimentos morais, seriam uma irracionalidade, porque dificultariam a vitória. (Costa, 2005: p.60)

Destarte, o equilíbrio entre a paixão e a razão, seria o que Clausewitz defende como ponto de equilíbrio no conceito de guerra como ferramenta de política. A guerra só pode ser vista e analisada como instrumento político se esta não visar à aniquilação, ou seja, a guerra pela guerra, mas sim manifestar-se como a guerra pela política, que é no final do argumento o restabelecimento da paz através de novas relações de dominação. A guerra, portanto, seria um instrumento violento contido pela racionalidade política que visa restabelecer relações de dominação que conformem uma nova configuração de paz (ordem mundial).

Vejamos agora alguns exemplos históricos em que a paixão e irracionalidade da hostilidade (étnico-religiosa, racista, discriminatória, xenofobia, ódio inter-classes, ódios nacionalistas) implementada como ação de governos na manutenção de relações de poder convergiram para guerras de extermínio, genocídio, destruição da alteridade, e por fim, a guerra aproximando-se da configuração absoluta.

### **3. Ruanda 1994: Intenção hostil de carácter étnico-religioso e deflagração de guerra intestina e genocídio**

Ruanda era um país marcado por uma população dividida em dois grupos étnicos (hutus e tutsis) que compartilhavam algumas tradições comuns, entre elas cultos religiosos e língua, fator que agregava tais populações na mesma região. No entanto, com a entrada dos belgas na região no início do século XX, a intervenção imperialista foi regida pela gradativa fragmentação da coesão grupal calcada em uma política de aproximação aos tutsis, que tinham traços físicos mais próximos do europeu, em detrimento dos hutus que apesar de maioria foram sendo relegados à marginalidade. Os governantes belgas motivaram ódios étnicos entre os grupos hutus e tutsis com uma política de exclusão sócio-econômica que fez emergir entre estes povos uma crescente intenção hostil.

A intenção hostil entre os povos tutsis, que eram privilegiados por possuírem traços mais próximos dos europeus, e os povos hutus, que eram a maioria, mas considerados inferiores<sup>4</sup>, desembocou, com a retirada dos belgas, em governos tutsis que intensificaram o ódio entre etnias. Em função destas variáveis, Ruanda torna-se um barril de pólvora de ódios étnicos prestes a gerar uma tragédia humana.

---

<sup>4</sup> O colonialismo não induziu o processo de etnogênese, mas contribuiu para deteriorar as coisas ao adicionar a ideologia do determinismo biológico à situação.

Além dos fatores políticos, pode-se afirmar que os governos intervencionistas-imperialistas dos belgas intensificaram rivalidades e fúrias violentas justificadas em crenças tradicionais de sacrifício e guerra genocida, o que levou a uma guerra civil genocida, ou como diria Clausewitz (2005), uma guerra desenfreada sem constrangimento político, uma guerra irracional. Deste modo, Taylor (2011) revela que a crença de ódio e rivalidades tradicionais entre os tutsis e hutus, e entre tutsis e grupos tutsis radicais, tomou conta da política e gerou uma guerra baseada no ódio, na ferocidade popular:

Em tudo isso, vemos a força persistente do imaginário de Ruanda e do encapsulamento do poder por noções cosmológicas e ontológicas ruandesas que preexistiam na encarnação do poder sob a forma de guerra e genocídio. O poder então, mesmo na sua manifestação mais evidente, que surge do cano de uma arma, foi subsumido, nesse caso, por outras noções. Uma guerra de sentidos foi travada na mídia popular ruandesa antes do genocídio, em que praticamente todas as possíveis posições ideológicas receberam voz. (Taylor, 2011)

O resultado desta guerra foi a morte de mais de 800 mil pessoas, sob um regime de genocídio sem precedentes, em que a morte em massa se estabeleceu e a intenção hostil popular tornou-se desenfreada tanto entre partidários do poder tutsis, radicais que consideravam o “rei fraco” (Taylor, 2011), quanto na oposição hutus que lutava contra o regime.

De modo geral, neste caso, que inclusive é revelado historicamente um fato vergonhoso ao mundo moderno, um conflito gerado, a meu ver, pelo que Clausewitz (2005) chamava atenção: o uso da hostilidade popular e da guerra sem controle político. Este fato é gerado à proporção que a guerra desprende-se do controle dos governantes (supostamente racionais), ou ainda quando a intenção hostil popular contamina a política do Estado e o conflito bélico implode a racionalidade política. Podemos destacar, que esta intenção hostil está arraigada no senso comum, ou seja, nas populações mais simples e pouco instruídas relegadas a situações de miséria e desespero. Novamente, podemos referenciar a concepção de Aron (2002), sem controle chega-se ao extremo da dialética da violência, da glória, pois:

A subordinação eventual do objetivo abstrato da força ao objetivo concreto e próximo não contraria a lógica do comportamento humano ou a lógica da rivalidade entre os Estados. Para quem acredita no Cristo e na Paixão, expulsar os infiéis dos Lugares Santos é um empreendimento tão razoável quanto a busca da força por si mesma. O desejo de vingança não é mais irracional do que o desejo de potência. (ARON, 2002: p.150)

O trágico resultado desta guerra nada mais foi do que a desarticulação política de Ruanda, que até hoje, é regida por ódios étnicos que emperram processos de coesão sócio-política. É evidente que estamos discutindo uma guerra intestina, uma guerra

***Pode-se afirmar que os governos intervencionistas-imperialistas dos belgas intensificaram rivalidades e fúrias violentas justificadas em crenças tradicionais de sacrifício e guerra genocida, o que levou a uma guerra civil genocida.***

civil, mas se verifica que o perder a racionalidade política do conflito pode gerar a implosão do fim político da guerra: deste modo a guerra como ferramenta de política desintegra-se.

Em Ruanda, a desenfreada e epidêmica hostilidade popular, que inclusive fez surgir exércitos populares regidos pelo ódio ao invés de produzir novas relações de poder, estabeleceu a pulverização da política na região, além é claro a morte de milhares.

#### 4. Conflito Palestino-Israelense

Gostaria de utilizar a percepção clausewitiana sobre os riscos da proliferação da intenção hostil belicosa entre os comandantes do governo para interpretar os conflitos na Faixa de Gaza. O caso histórico do conflito Israel e palestinos possui alguns fatos que respaldariam uma maior cautela frente à solução deste impasse. Podemos verificar, que em ambos os lados deste conflito de interesses há gradações de intenções hostis, sendo reveladas ora de maneira ponderada, ora de maneira extremada.

Nos dois pólos do “duelo” verificamos os fundamentalismos radicais baseados em crenças religiosas. Entre os judeus, a crença na reconstrução do templo de Jerusalém e tomada desta região como manifestação da vontade divina e da concretização de profecias religiosas, algo que lhe forneceria uma legitimidade de caráter divino, fundamentando a tomada da região a qualquer custo. Os defensores desta tese profética são os chamados sionistas e neo-sionistas, que inclusive, ocupam cadeiras no congresso norte-americano e dão apoio político-econômico a tal projeto (Brieger, 2010)<sup>5</sup>. Os neo-sionistas são fundamentalistas judeus que pregam a intolerância frente aos povos muçumanos, instigam hostilidades entre os israelenses e criticam severamente setores judeus moderados (os novos historiadores judeus).

Já os palestinos, também possuem fundamentalismos baseados na idéia de guerra santa e morte consagrada, sentimento instigado pelas péssimas condições de vida, pela perda gradativa de terras e poder na Faixa de Gaza. Os fundamentalistas islâmicos também se apoderam deste sentimento e motivam as populações a uma guerra de “Davi versus Golias”, Davi seria os muçumanos e Golias os israelenses, que factualmente possuem maiores recursos bélicos e econômicos. Desta situação de desespero, os extremismos tomam conta dos palestinos, pois submetidos à política israelense e ao isolamento, perdem a esperança de uma luta com fim político. Eis que surge a hostilidade como motivador de ações como as *Intifadas*, as guerras de paus e pedras contra os tanques de guerra israelenses que geralmente acabam com mortes de palestinos. Além disso, frases de fundamentalistas como Khomeini que definia os Estados Unidos, o grande aliado de Israel, como o grande satã.

---

<sup>5</sup> “Se calcula que hay cerca de cinco millones de judíos, un poco menos de los que hay en el estado de Israel. Aunque gran parte de ellos no estén organizados, muchos pertenece a diferentes lobbies judíos pro-israelíes, entendiendo la expresión lobby como una actividad que esta legislada por el Senado Norte americano e que consiste en la presión que puede ejercer un grupo de individuos o una asociación sobre las decisiones de los congresistas e del gobierno a favor de cierta idea [...]. AIPAC (Comité de Asuntos Públicos Americano-Israelí) calificada por New York Times como “la organización más importante que influye en la relación de Estados Unidos con Israel”. (p.53)

Conforme Pecequilo (2009), em 1991 convergiram interesses de Israel e muçumanos da Palestina, gerado por um quadro de decadência da OLP-Fatah, e do crescimento do Hamas. Enquanto que do lado israelita o desgaste de décadas de mobilização militar e constantes conflitos, fez surgir a possibilidade de negociação e diálogo: “havia uma razoável convergência de interesses entre os principais atores que seriam envolvidos na negociação devido aos desgastes mencionados e a inter-relacionada tentativa de manter poder com menores perdas” (Pecequilo, 2009).

Deste modo, em 1991 ocorrem a Conferência de Madri (Intermediada por Bush pai), os acordos de Oslo II (Intermediados por Clinton, Arafat, Rabin e Shimon Peres). Os avanços foram tão efetivos que em 1994, Arafat, Rabin e Shimon Peres ganharam o Prêmio Nobel da Paz, no entanto, as contradições e pendências dos acordos de Oslo I e II fragilizavam estas lideranças (Pecequilo, 2009). Amplas críticas de radicais sionistas e do Hamas bombardeavam a possibilidade de acordos e negociações. Do lado muçumano, o Hamas tecia severas críticas a Arafat, acusando-o de desvio de recursos via ANP<sup>6</sup>; do lado israelita, radicais liderados por Ariel Sharon criticavam os acordos como entreguistas (Vizentini, 2007).

Esses grupos radicais disseminaram críticas e ideias extremistas, que dinamitavam o processo de negociação de “paz pela terra” (paradigma Oslo<sup>7</sup>). Deste modo, Ariel Sharon, líder dos radicais israelitas, anunciava a “opção de destruição sistemática do inimigo” muçumano. Em 1995, Rabin é assassinado, o que é apontado por Pecequilo (2009) com primeira vitória dos radicais frente os processos de paz do paradigma Oslo. O militarismo e o clima de anti-negociação ampliam-se e os ataques terroristas aumentam.

Em tom provocativo e com intenção de instaurar ainda mais instabilidade e violência, Sharon visita a esplanada das mesquitas, o que foi considerado a fagulha para explosão de protestos e violência, assim em setembro de 2000 dá-se início à *segunda Intifada*. O clima de violência e intolerância prolifera-se, e a fúria espalha-se pela Faixa de Gaza, concretizando-se em processos de deslegitimação das negociações de paz feitas por Rabin, Arafat e acordos de Oslo (Pecequilo, 2009).

Sharon faz Arafat prisioneiro domiciliar, é construído o muro da Cisjordânia, assentamentos israelenses passam a avançar sobre territórios palestinos, atentados terroristas proliferam-se. De modo geral, a instabilidade e fúria se apossam da população e das ações políticas dos líderes na Faixa de Gaza.

Este clima de instabilidade foi instigado por posicionamentos radicais que inflamaram a fúria da população (intenção hostil) em nome de uma ação político-militar baseada no que Aron (2002) definiu de *guerra pela glória*, ou ainda, pelo caráter sublime da glória, mas, ameaçador à civilização ou racionalidade. Como abordamos anteriormente, as ações de ambos os lados na Faixa de Gaza, baseadas na intolerância e crescente intenção hostil popular regada (Clauzewitz, 2005) pela irracionalidade dos líderes radicais, fez este conflito mergulhar em uma guerra de extermínio mútuo, em que a arena de negociação cada vez mais se restringe. É neste ponto que se materializa a preocupação de controle racional da guerra, ou seja, a moderação no

---

<sup>6</sup> Autoridade Nacional Palestina

<sup>7</sup> É importante destacar que os palestinos criticavam severamente os tratados de Oslo, pois fragmentavam geograficamente o território do futuro Estado Palestino, o que para muitos líderes era considerada uma fragilidade para implantação da soberania estatal (Vizentini, 2007)

uso da fúria como energia de ativação do conflito; pois, os líderes estatais, conforme Clauzewitz (2005), não devem perder o controle dos objetivos finalísticos que seria a constituição de uma nova relação de dominação (*pax*), que requer, assim como a ação social (Weber, 1969) dois pólos de relação: o vencedor A e o vencido B.

Não estamos, neste artigo, caindo no juízo de valor de considerar o conflito árabe-israelense de maneira simplificada e justificar todo este clima hostil em intolerância, mas sim utilizar alguns eventos factuais, ações e decisões de lideranças radicais como matriz de um descontrole político do conflito militar. Como se verifica acima, após a morte de Isaac Rabin o clima de hostilidade disseminou-se a ponto de travar processos de negociação.

Nos dias atuais, podemos verificar que a instabilidade e a concepção de eliminação sistemática do inimigo, aliada à ascensão de radicais como Ariel Sharon, do neo-conservadorismo de George Bush e atentados do 11 de setembro, apresentam-se como reflexos do nível de instabilidade (Vizentini, 2007).

Em notícia vinculada pela *BBC-News* em setembro de 2010<sup>8</sup>, o premiê israelense Benjamin Netanyahu revelou apoio à proposta de juramento de lealdade ao Estado Judaico como requisito para obtenção da cidadania. Este juramento requer ainda a conversão à ideologia judaico-democrática, fato que traz à tona uma medida discriminatória e nitidamente intolerante a povos não-judeus na região. Esta ação revela um lado político israelense extremamente radical, liderados por Avigdor Lieberman, que em 2010 fez discursos que definiam impraticáveis acordos de paz com os palestinos e dava amplo apoio à ampliação da construção de apartamentos em áreas palestinas.

Vejamos que ambos os movimentos extremistas, caso infiltrem-se nos governos, como verificamos nas ações e falas de alguns governantes, a situação de paz nesta região apresentar-se-á cada vez mais vinculada à aniquilação do outro pólo (destruição sistemática do inimigo como defendia Sharon). Vejamos a que ponto a guerra poderia chegar nesta situação: do lado israelense existem crenças fundamentalistas que desconsideram qualquer concessão aos palestinos, pois estes são considerados infiéis, devem ser castigados, devem desaparecer. Do outro lado, os palestinos encontram-se em uma situação ainda mais desesperadora, em que a única forma de obter a paz é através da morte santa.

Neste conflito, a iminência do extermínio fica latente, pois há setores extremamente radicais, tanto entre israelenses como entre palestinos, sendo que os primeiros possuem uma posição hegemônica em termos bélicos e políticos, tendo apoio irretirado dos Estados Unidos no Conselho de Segurança da ONU<sup>9</sup> (Mearsheimer; Walt, 2006). Eis que nesta situação belicosa as duas forças em confronto em função das origens religiosas de suas contendidas, podem vir a se converter em uma espécie de cruzada de aniquilação do outro em nome de um fim profético-religioso acima de uma intenção política. As paixões populares, a irracionalidade do ódio parecem contaminar setores importantes desses governos.

---

<sup>8</sup> BBC NEWS. Premiê dá apoio a juramento de lealdade a Estado Judaico em Israel. 27 de setembro de 2010.

<sup>9</sup> O presidente americano reforçou o compromisso americano com a segurança de Israel – que tem nos Estados Unidos seu principal aliado -, dizendo que “qualquer esforço para tirar a legitimidade do país enfrentará oposição inabalável dos Estados Unidos”. BBC-NEWS. Política mesquinha não pode minar esforço no Oriente Médio, diz Obama. 22 de setembro de 2010.

Voltando a Clausewitz (2005), pode-se perceber que o ódio e intenção hostil na Faixa de Gaza é elemento constante de confrontos, fato que justifica ações de isolamento, gaseamento, construção de campos de refugiados, violação de direitos humanos, muros e cercas pelo Estado de Israel como forma de manter controlados e fragmentados os palestinos. O furor das paixões neste conflito parece atingir seriamente a possibilidade de um discurso racional, ou seja, um discurso que equilibre o poder político e mantenha o confronto e/ou uma possível guerra como ferramenta de política que vise à paz. A meu ver, há um grande risco, por conta, dos *animus hostis* entre as partes, da prevalência de um conflito que produza a aniquilação do outro. Quero enfatizar que caso haja uma guerra nesta região, haverá grande risco de tornar-se um novo genocídio, ou uma guerra absoluta de eliminação total do pólo rival, que se proliferaria por todo o mundo islâmico e ocidental. No entanto, com fins políticos pouco claros e questionáveis.

Esta possibilidade, ou melhor, risco, é regido pela capacidade de disseminação das crenças religiosas radicais, entre ambos os grupos, em setores decisórios de política. Assim, a intenção hostil não está totalmente regulada pelo fim político da guerra, fato que pode produzir uma guerra total. Conforme destacado anteriormente, compreender que a guerra é instrumento de política é entender que há regras e estruturas a serem levadas em conta para uma tomada de decisão em circunstâncias de conflitos internacionais. Como define Waltz (2002), tomar uma decisão na esfera internacional é ser cauteloso, verificar as variáveis de capacidade e potencialidades de cada ator internacional, portanto é necessário que os governos ajam de maneira calculadamente racional, tentando afastar-se da fúria e paixões do povo.

***O furor das paixões neste conflito parece atingir seriamente a possibilidade de um discurso racional, ou seja, um discurso que equilibre o poder político e mantenha o confronto e/ou uma possível guerra como ferramenta de política que vise à paz.***

## **Considerações finais**

Chegado ao fim deste exercício de reflexão é relevante destacar algumas considerações finais. Assim, destaca-se da teoria da guerra de Clausewitz (2005) a percepção de que a guerra como instrumento de política é regida por uma concepção de que os governos e/ou setores tomadores de decisão em um confronto bélico devem possuir a capacidade racional e objetiva de decidir conforme fins políticos que levem a uma nova situação de dominação e um novo estatuto ou ordem de paz.

Partindo deste princípio, verifica-se que Clausewitz (2005) é um defensor da paz ao invés da guerra, assim como um racionalizador da tomada de decisão final, ou seja, defende que a guerra é um instrumento necessário, mas perigoso, pois instiga as paixões dos povos, e estas devem ser controladas e domadas pela racionalidade dos governantes e pela estratégia dos exércitos. É a partir desta percepção que sintetizamos Clausewitz (2005) à matemática de Waltz (2002) no que tange às decisões racionais que levam em conta capacidade e potencialidades, ao invés de decisões calcadas em paixões e irracionalidades.

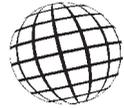
A guerra, portanto, em Clausewitz (2005), emana como realidade política em que o fim último é a dominação do outro, é a submissão do outro à sua vontade, é alterar

a hierarquia e a distribuição de poder em uma determinada relação. Conformando-se a esta percepção, Aron (2002) revela que a guerra não é uma irracionalidade, mas sim uma relação internacional interestatal, assim como a diplomacia, afirmando que os representantes das relações internacionais mais claros são: os soldados e os diplomatas.

Por fim, tentamos analisar a tipologia da guerra de Clausewitz (2005), referenciando a guerra real e a guerra total. Sendo a primeira a guerra política, o conflito que visa a um fim político, ou seja, uma relação internacional. Já a segunda, a guerra total, seria um ato de violência pela própria violência, melhor dizendo, seria a guerra desprovida de fim político racional, seria a guerra onde a intenção hostil passional tomou conta dos governos e converteu a guerra no fim da própria política, pois esta se converte em eliminação do pólo rival.

Para enfatizar factualmente a situação acima, fizemos uso do caso da guerra civil em Ruanda, onde as intenções hostis e ódios gerados pelo imperialismo, rivalidades étnicas e crenças tradicionais violentas, disseminaram-se entre os governos e geraram aniquilação humana e assim pulverizaram o estabelecimento de um domínio político na região que até hoje é submetida a instabilidades e iminência de conflitos. Considera-se que a máxima teórica *clausewitiana* de que na guerra o equilíbrio entre a intenção hostil (fúria popular), exército e governantes é uma observação metodológica importante na análise de guerras.

Finalizamos o artigo com uma pequena reflexão sobre os conflitos na Faixa de Gaza e a hipótese de que a capacidade de fúrias fundamentalistas e religiosas, em ambas as partes do “duelo”, poder converter o conflito em uma guerra absoluta. Este fenômeno seria fator de definição da intensidade e configurações das guerras, se levarmos em conta a teoria *clausewitiana*.



## **Bibliografia**

- ARON, R. (2002). *Paz e Guerra entre as Nações*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado
- BBC REVISTA DE HISTÓRIA (2009). *Guerras e Conflitos do Século 20*. SP: Triada.
- BRIEGER, Pedro (2010). *El conflicto palestino-israelí: 100 preguntas y respuestas*. Buenos Aires: Capital Intelectual.
- BLAIR, T. (2010). Israel e Palestina: a paz é possível. **Revista Política Externa**. v.19 n.1, jun/jul/ago. 2010. São Paulo: paz e Terra.
- CLAUSEWITZ, K.V.( 2005). *De La Guerra*. Buenos Aires: Esayos Agebe.
- COSTA, Maria de Fátima Machado da (2011) Michael Walzer: a teoria da guerra justa e o terrorismo. Braga. 2005. Disponível em:< <http://pt.scribd.com/doc/58199603/1/O-realismo-politico-descriptivo-e-o-realismo-politico-prescritivo>>. Acesso em: out.
- CORREA, L.F.S.( 2010). O fator religioso nos conflitos internacionais. **Revista Política Externa**. v.19 n.1, jun/jul/ago. 2010. São Paulo: paz e Terra.
- DINIZ, Eugenio (2010). Epistemologia, História e Estudos Estratégicos: Clausewitz versus Keegan. *Revista Contexto Internacional*. Disponível em: <<http://contextointernacional.iri.puc-rio.br/cgi/cgilua.exe/sys/start.htm?infoid=519&sid=72>>. Rio de Janeiro, vol. 32, nº 1, janeiro/junho 2010, p. 39-90
- FREUD, S.(1969) *O mal-estar na civilização*. Rio de Janeiro: Imago, Edições Standard, Tomo XX.
- FUKUYAMA, F.(1992) *O fim da historia e seu ultimo homem*. São Paulo: Rocco.
- GRESH, Alain (2002). *Israel, Palestina: verdades sobre um conflito*. Campo das Letras: Porto.
- HOBSBAWM, Eric J. *A era das revoluções: 1789-1848*. 25. Ed. SP: Paz e Terra, 2010
- MAQUIAVEL, Nicolau (2007). *O Príncipe*. Trad.: Pietro Nassetti. 2. Ed. São Paulo: Martin Claret, 2007
- MEARSHEIMER, John; WALT, Stephen (2006). *O lobby de Israel*. Revista Novos Estudos, CEBRAP, nº 76, São Paulo, novembro, 2006.
- MORRISSON, C (2011). *Cruzadas*. Porto Alegre: L&PM.
- PECEQUILO, Cristina Soreanu (2009). *Manual do candidato: política internacional*. Brasília: Fundação Alexandre Gusmão.
- PASSOS, Rodrigo Duarte Fernandes dos (2011). *Clausewitz e a política: uma leitura de 'Da Guerra'*. **Catálogo da Usp**. Disponível em:< <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8131/tde-02122008-161644/pt-br.php>>. Acesso em: set. 2011.
- RODRIGUES, Thiago (2011). *Guerra e política nas relações internacionais*. São Paulo, Educ, 2010. Disponível em:< [http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select\\_action=&co\\_obra=108482](http://www.dominiopublico.gov.br/pesquisa/DetalheObraForm.do?select_action=&co_obra=108482)>. Acessado: Nov.2011.

SILVA, Carlos Eduardo M. Viegas (2011). A transformação da guerra na passagem do século XXI: um estudo sobre a atualidade do paradigma de Clausewitz. **Universidade Federal de São Carlos (SP)**, 2003. Disponível em:

< [http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=clausewitz%20da%20guerra%20jomi-ni&source=web&cd=8&ved=0CE4QFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.ieeba.com.ar%2Fdocu%2FLa%2520naturaleza.pdf&ei=JgoST5zFlsXZtwfwy0Dg&usg=AFQjC-NEp00CrzdaFCitY7yAyFO\\_n1itQWQ&cad=rja](http://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=clausewitz%20da%20guerra%20jomi-ni&source=web&cd=8&ved=0CE4QFjAH&url=http%3A%2F%2Fwww.ieeba.com.ar%2Fdocu%2FLa%2520naturaleza.pdf&ei=JgoST5zFlsXZtwfwy0Dg&usg=AFQjC-NEp00CrzdaFCitY7yAyFO_n1itQWQ&cad=rja)>. Acessado em: ago. 2011.

TAYLOR, Christopher C.(2012). *Sacrifício rei, estado ruandês e genocídio*. Cad. CRH, Salvador, v. 24, n. 61, abr. 2011 . Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0103-49792011000100005&lng=pt&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-49792011000100005&lng=pt&nrm=iso)>. acessos em 15 jan. 2012. <http://dx.doi.org/10.1590/S0103-49792011000100005>.

TELLO, Angel Pablo (2010). *Nueva Vision Estrategica* (Ponencia presentada). La Plata: IRI.

TOCQUEVILLE, Alexis de (1977). *A democracia na América*. São Paulo: Ed.USP.

WALTZ, K. (2002) *Teoria das Relações Internacionais*. Lisboa: Gradiva.

WEBER, Max (1994). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. 3. ed. Brasília : UNB.

VIZENTINI, Paulo Fagundes. (2007), *As relações internacionais da Ásia e da África*, Rio de Janeiro: Vozes.